



**BRAGA**  
Município

DMGAP - DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

INFORMAÇÃO Nº I/260/DF/2017

Despacho	Despacho
<p>Concedo com a anulação de fatura 2016/026/1845 com fundamento na presente informação. A consideração do L. Presidente. Deve ser subscrito e assinado pelo Excmo. Municipal. 2017/09/27</p>	<p>Concedo. 170928 </p>
<b>Despacho</b>	
<p>Com a minha concordância, e consideração superior, Braga, 27/09/17.</p>	
<b>Data</b>	
26-09-2017	
<b>Assunto: Análise pedido de anulação de fatura OEP - Urban Food – PED/14907/2017.</b>	

Na sequência do PED/14907/2017 da empresa Urban Food, contribuinte n.º 510 419 160, sobre o pedido de anulação de faturas de ocupação de espaço público, informa-se:

1. A empresa Urban Food, veio solicitar através do PED/13227/2017 a anulação das faturas n.º 011/1684/2017 e n.º 2016/026/1845, que respeitam a ocupação de espaço público com toldo no Largo João Penha n.º 346, por já não se encontrar a ocupar o referido espaço;
2. A Divisão de Fiscalização verificou a veracidade desta informação informando "Face ao solicitado pela DF, foi efetuada uma deslocação ao local, onde se confirmou que na fração em causa já se encontra instalada outra atividade (comércio), denominada "PluriCosmética", para a qual foi atribuída a licença de utilização 64/2017 em nome de Maria da Conceição Cunha Osório Araújo Torres Braga. Verificou-se ainda que não existe nenhum elemento a ocupar espaço público e a publicidade se encontra isenta ao abrigo do L.Z.";



**BRAGA**  
Município

DMGAP - DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

3. Neste enquadramento, a DF cancelou o registo e regularizou a fatura de 2017 com o n.º 011/1684/2017, contudo e por inicialmente ter sido referido que o espaço foi desocupado em novembro de 2016, notificou a empresa que era devido o pagamento desse ano (S/895/DF/2017);
4. Vem agora a empresa, através do PED/14907/2017 informar que *"Em resposta ao vosso ofício n.º S/895/DF/2017, venho informar que houve realmente lapso da nossa parte sobre a data de desocupação do espaço. A data correta é novembro de 2015, sendo que em 2016 já se encontrava no local a atual firma. Não houve da nossa parte nenhum pedido de anulação da licença porque como já estava outra pessoa no local, e como nunca recebemos qualquer carta para pagamento, pensamos que os mesmos já tinham alterado em 2016 para a firma que está a usufruir da loja. Por essa razão pedimos por favor que também seja anulada a fatura de 2016, pois não estamos lá desde fins de 2015. As nossas desculpas pela confusão das datas."*

Face ao exposto, parece-nos que a empresa já não ocupava o referido espaço desde 2015 e por isso não recebeu as notificações para pagamento que foram remetidas para a morada em questão. Assim, propõe-se que seja anulada a fatura n.º 2016/026/1845 referente à renovação desse ano.

À consideração superior,

A Técnica Superior

Filipa Igreja